



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10271 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO STRICTO SENSU NA UFMS

Felipe Vieira Gimenez - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO *STRICTO SENSU* NA UFMS

Resumo

Este trabalho é resultado da pesquisa de tese de doutoramento que está em andamento. O objetivo é identificar e analisar a política de permanência para estudantes matriculados no Programa de Pós-graduação em educação *stricto sensu* do curso de mestrado acadêmico e doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande (UFMS). Para tanto, foi utilizada a base de dados GEOCAPES no âmbito regional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com enfoque na pesquisa exploratória, descritiva e documental. Foram utilizados métodos descritivos para apresentação de dados, indicando algumas proposições teóricas. Embora a pós-graduação *stricto sensu* em educação na UFMS tenha se consolidado de forma significativa, particularmente os mestrados e doutorados apresentam uma importante e marcante característica: o papel da Capes e do Estado como a principal agência de fomento que materializa a política de bolsa contribuem para o acesso, e sua consequente permanência, porém nesse processo é preciso considerar outros fatores que incidem diretamente na permanência do estudante.

Palavras-chave: Pós-Graduação. Permanência. Estado. Política de bolsa. Capes.

Este trabalho é resultado da pesquisa de tese de doutoramento que está em andamento. O objetivo é identificar e analisar a política de permanência para estudantes matriculados no Programa de Pós-graduação em educação *stricto sensu* do curso de mestrado acadêmico e doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande (UFMS).

O primeiro elemento de destaque no estudo é a concepção de políticas de permanência na Pós-graduação *stricto sensu* que neste trabalho de investigação pode ser entendida como políticas institucionais via governo federal que no contexto da Pós-graduação *stricto sensu* são elaboradas pelo Estado e destinadas a estudantes da pós-graduação para desenvolvimento da pesquisa e formação de recursos humanos por meio da concessão de bolsas de estudos.

Para Sguissardi (2001) políticas de Estado, como sendo mais duradouras, seriam representativas dos interesses públicos e coletivos. Isto porque seriam imunes aos interesses partidários ou particularistas e fruto do debate, supostamente democrático, quando da sua tradução em leis, programas de caráter universal, etc.

Hofling (2001) aponta que as políticas públicas podem ser entendidas como o “Estado em ação”, isto é, o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Nesse sentido, as políticas materializadas na educação superior por meio de políticas de Estado representam na contemporaneidade a efetivação de ganhos e garantias de direito social que articuladas com a sociedade permitem compreender o alcance e sua relação com a política de permanência para os estudantes da Pós-Graduação, consideradas nesta pesquisa as bolsas de estudos concedidas aos discentes da Pós-Graduação em ambos os níveis.

Apresentamos os resultados da pesquisa que podem ser assim identificados e problematizados como o segundo elemento de destaque nesta investigação, considerando o período de funcionamento do Programa de Pós-graduação em educação na UFMS. Com relação a metodologia da pesquisa a disponibilização dos dados esteve na Plataforma do GEOCAPES.

Para o curso de mestrado[1] em educação na UFMS foram destinadas o total de 461 bolsas ao longo de 24 anos de programa. Desse total, foram concedidas pelo Programa Demanda Social (DS) 404 bolsas; 15 bolsas via Reuni, 7 bolsas Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT); 8 bolsas Programa de Apoio à Educação Especial (PROESP); 8 bolsas em parcerias com outros programas e 6 bolsas do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras (PROCAD-NF).

Para o curso de doutorado[2] em educação na UFMS foram concedidas, considerando o período de funcionamento do programa, 229 bolsas, destas 141 bolsas via Programa Demanda Social, 28 bolsas PICDT; 8 bolsas PROESP; 33 bolsas via PARCERIAS; 8 bolsas via PRODOUTORAL; 2 bolsas FAPERIO e 9 bolsas Reuni.

Com relação à política de financiamento das bolsas de Pós-Graduação *stricto sensu* coordenada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerada como agência Estatal que objetiva a concessão de bolsas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, definida com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela CAPES, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico.

Percebe-se nos dados que a ênfase de fomento se concentra no Programa de bolsa Demanda Social financiada pela Capes, agência que destina estes recursos em pesquisas na Pós-Graduação das universidades públicas federais e estaduais, das quais a definição das cotas de bolsas está condicionada a avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação de todo o país.

Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) surgiram por uma necessidade e com o objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil desde meados de 1960. Nesse sentido, Oliveira e Fonseca (2010) destacam que os Planos Nacionais de Pós-graduação surgem nesse contexto como instrumentos de planejamento estatal, de estímulo financeiro e de definição de uma política de pós-graduação para o Brasil.

É preciso pensar em políticas de permanência para estes discentes e Cordeiro e

Cordeiro (2015) entendem a permanência como uma política institucional, um compromisso que a instituição assume para evitar/diminuir a evasão de estudantes e que precisa ir além da mera preocupação com números e criar um espaço de relações na universidade, que leve em conta a diversidade e a diferença que constituem o perfil dos/as estudantes, de modo que eles desempenhem sua função social de promoção e exercício da cidadania.

Isto significa, na realidade, admitir que, de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, com o alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais, como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

A importância do fortalecimento da pós-graduação no país, por meio de sua rede de relações e conexões históricas desde a sua institucionalização tem passado por diferentes momentos associada à ideia de diversificação de instituições, processos seletivos e demanda do mercado de trabalho, e toda sua relação com a história das políticas, ações, programas, incentivos, decretos e leis do governo federal.

Destaca-se que o sistema de pós-graduação no Brasil possui reconhecimento por parte da comunidade científica, nacional e internacional, se deve ao formato e à seriedade que as políticas públicas para a pós-graduação tomaram em termos de definições e das ações voltadas para esse setor, o que se expressou, entre outros modos, em sua expansão contínua, com qualidade, nos últimos anos.

Conclusões

Cabe destacar que os recursos financeiros dessas agências mencionadas contribuem para o público-alvo das políticas de bolsas de estudos, ou seja, para os estudantes bolsistas e conseqüentemente para o custeio da pesquisa e manutenção do programa de pós-graduação.

O levantamento dos dados demonstrou que na UFMS, a política de bolsa possui outras fontes de fomento e financiamento nas pesquisas, mas a Capes é a principal agência de fomento à pesquisa no país.

Junto com a expansão da pós-graduação, as bolsas de apoio destinadas pela Capes, e outras agências de fomento, contribuem como estratégia governamental para favorecer a permanência de estudantes e incentivar a formação de novos pesquisadores na área da educação e áreas afins.

Nunes e Veloso (2016) destacam que discutir sobre a permanência do estudante na universidade deve consistir em identificar dificuldades que influenciam na desistência precoce, ou tempo maior no curso, às vezes inviabilizando a sua conclusão. Nesse caso, o apoio que o estudante precisa para ter sucesso no seu percurso acadêmico deve ser definido mediante políticas de permanência e projetos institucionais para que o acesso à educação superior seja financiado, garantido e ampliado.

Referências

BRASIL. **GEOCAPES**. Concessão de bolsas de Pós-Graduação da Capes no Brasil.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Estratégias de permanência de estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

In: Seminário da Rede Universitatis/Br Políticas de Educação Superior no Brasil: A expansão privado-mercantil em questão, 23. **Anais eletrônicos...** Belém/PA, 20 a 23 de

maio de 2015. p. 831-851. Disponível em:

<<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitatis2705.pdf>> Acesso em: 27

set. 2020.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro. p. 30-41, 2001.

NUNES, Roseli Souza dos Reis. VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. *In: Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.48-63, jan./abr.2016.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012**. Piracicaba, 2014.

[1] Data de início do curso: 01/01/1988. Acesso em: 23 jun. 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&id_programa=2002.

[2] Data de início do curso: 01/01/2005. Acesso em: 23 jun. 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&id_programa=2002.